

Proponente: Giovana Veloso Munhoz da Rocha

Área da Psicologia: Psicologia Jurídica, Forense e Criminal

AValiação de Risco e Crimes Sexuais: Pesquisa e Intervenção com Adultos e Adolescentes

Justificativa: A Psicologia Forense é um campo emergente da Psicologia brasileira. Dentre as múltiplas ações do psicólogo forense está a Avaliação de Risco. Este é um procedimento baseado na avaliação de variáveis estáticas e dinâmicas relacionadas ao indivíduo e que visa personalizar as medidas e intervenções jurídicas e clínicas para cada sujeito. Sendo assim, constitui-se em procedimento baseado em conhecimento científico, amplamente utilizado sobretudo em países como Estados Unidos, Canadá, Austrália, dentre outros. É preciso discutir tal procedimento do ponto de vista técnico-científico a fim de fornecer subsídios aos profissionais que atuam na área, sobretudo adaptando a instrumental para utilização com a população brasileira. Torna-se relevante apresentar a experiência de profissionais que atuem na área e que conhecem e desenvolvem pesquisas na área, pois sabe-se que grande número de psicólogos forenses acabam por trabalhar apoiados em suas vivências profissionais, sendo a maior parte dessas empírica e não baseada em evidências científicas. Espera-se por meio deste trabalho apresentar um panorama da avaliação de risco em casos ligados a crimes sexuais, proporcionando à audiência uma reflexão, bem como instrumentalização neste tema.

Coordenador: Giovana Veloso Munhoz da Rocha

AValiação de Risco de Adolescente Acusado de Estupro: O Processo Clínico e a Utilização de Instrumentos de Avaliação. Giovana Veloso Munhoz da Rocha (Programa de Psicologia Forense do Mestrado em Psicologia da Universidade Tuiuti do Paraná. Curitiba – PR).

O presente trabalho trata do processo que na Psicologia Forense é chamado de Avaliação de Risco, mais especificamente em relação à população de adolescentes que cometeram agressão sexual. A palavra risco comunica um importante ponto que em sua avaliação psicólogos forenses proporcionam às cortes ou outras agências da lei ou de serviço social, com um enunciado da probabilidade de que um indivíduo poderá vir a se comportar de uma maneira inapropriada. A avaliação da probabilidade pode se basear no julgamento clínico ou em certas “variáveis preditoras” que existem na história do indivíduo. Algumas destas variáveis podem ser: comportamento violento prévio, idade, falta de suporte social, abuso de álcool ou outras substâncias e um histórico de desordem mental grave. Avaliações de agressores sexuais são extremamente desafiadoras de se realizar devido à natureza heterogênea e multidirecional das pessoas que cometem tais crimes, ainda mais quando se trata de adolescentes, cuja flexibilidade comportamental é ainda mais evidente do que em adultos. Será apresentado um instrumento americano em sua versão de 2003, o *Juvenile Sex Offender Assessment Protocol-II (J-SOAP-II)*, ainda em fase de pesquisa para validação pelos autores Robert

Prentky (PhD) e Sue Rightrand (PhD), que pode servir de base para investigações de amplo espectro, que associam às avaliações atuariais de risco (estatísticas) às entrevistas clínicas realizadas por especialistas. Este instrumento possui quatro subescalas que visam dar conta de fatores dinâmicos e estáticos considerados para avaliar risco. Para este fim serão apresentados dados relativos a um adolescente que foi acusado de cometer dois atos infracionais graves, definidos pela legislação penal como estupro. O mesmo é um dos oito indivíduos encaminhados no ano de 2011 para atendimento no Laboratório de Estudos Forenses do Mestrado de Psicologia, na área de concentração Psicologia Forense. Destes apenas um caso, o que será discutido, veio por encaminhamento extra-oficial. Contudo, após início da intervenção clínica psiquiátrica e psicológica, as famílias das vítimas desencadearam o processo junto à Vara de Justiça competente, e este ainda encontra-se em andamento, estando o jovem em medida socioeducativa em meio aberto. Como a avaliação de risco não deve valer-se de apenas instrumental atuarial, será demonstrado como o processo de avaliação pode e deve valer-se de intervenções clínicas. Para tanto serão apresentados dados relativos à história de vida, histórico familiar, variáveis de desenvolvimento global, características acadêmicas, além da avaliação realizada em três momentos do acompanhamento médico psiquiátrico e psicológico em análise do comportamento com a utilização da J-SOAP-II.

Palavras-chave: Psicologia Forense, Avaliação de Risco, Agressão Sexual

1º Apresentador: Antonio de Pádua Serafim

AValiação de Risco para Crimes Sexuais. Antonio de Pádua Serafim (Programa de Psiquiatria e Psicologia Forense – Instituto de Psiquiatria – HCFMUSP; Núcleo de Apoio à Pesquisa em Neurociência Aplicada (NAPNA), Universidade de São Paulo)

A prática de latrocínios, homicídios, estupros, sequestros etc., nunca é “normal”, independentemente da forma de se perpetuar, pois a norma é não cometer tais crimes. O consenso é que fenômeno como a violência deve ser estudado de modo interdisciplinar pela Sociologia, Criminologia, Antropologia, Psiquiatria e Psicologia, dado que, apesar de “anormal”, na minoria das vezes pode ser atribuído a algum transtorno. O fator motivacional do homicídio, por exemplo, é uma questão de difícil compreensão e que pede investigações também mais complexas e reflexões multifacetadas acerca da correlação entre uma possível psicopatologia e esta conduta antissocial. Ressalta-se que tais características ou condutas individuais não podem ser tomadas por transtornos mentais, e ideias superadas em relação ao doente mental “*stricto sensu*” com violência ainda devem ser abandonadas, sob risco de alimentarmos o mito de que um indivíduo portador de uma doença mental como a esquizofrenia, transtorno afetivo bipolar e mesmo quadros epiléticos é um “louco perigoso”, que sai atacando estranhos inocentes em lugares públicos. Pesquisas internacionais tem demonstrado que de uma maneira geral os doentes mentais graves (psicóticos e portadores de TAB) cometem menos crimes que a população geral de doentes mentais e da população geral sem histórico psiquiátrico. O Estado de São Paulo comporta hoje cerca de 160.000 mil encarcerados. Destes, apenas 1.400 são considerados portadores de uma doença mental grave, que afeta de fato o seu senso de realidade o que corresponde a menos de 1% (0,9) da população carcerária no estado. Vários autores enfatizam que a avaliação do risco de comportamento violento deve ser uma das funções atribuídas ao profissional da

psiquiatria e psicologia forense. Para estes profissionais não tratam de todas as pessoas consideradas perigosas, mas somente daquelas que apresentam um transtorno mental com risco potencial para comportamentos violentos. Frente ao exposto o objetivo deste trabalho é apresentar os fatores de riscos para ocorrências de crimes de natureza sexual praticados por adultos. Foram avaliados 89 sujeitos do sexo masculino internados no em uma Unidade de Custódia e Tratamento Psiquiátrico. A análise consistiu na avaliação de dois grupos de estudo: Grupo I, composto de 46 sujeitos que cometeram crimes sexuais, e Grupo II, formado por 43 sujeitos que foram condenados por outros crimes que não de natureza sexual. As variáveis analisadas foram: idade, grau de escolaridade, estado civil, cútis, naturalidade, internações psiquiátricas anteriores e diagnóstico psiquiátrico. Os principais resultados demonstraram que entre os sujeitos do Grupo I (condenados por crimes sexuais), observou-se maior prevalência de diagnóstico de retardo mental (61,76%) e transtorno de personalidade (29,41%). Já no Grupo II (condenados por crimes de outra natureza que não sexual), houve predominância do diagnóstico de esquizofrenia (82,93%). Conclusão: Diferentemente do encontrado na literatura internacional, em nosso meio observou-se baixo índice de transtorno de personalidade entre os sujeitos estudados, o que pode ser justificado pelo fato de o sistema penal brasileiro considerar tal diagnóstico apenas como perturbação da saúde mental, não acarretando em medida de segurança ou internação psiquiátrica.

Palavras-chave: Avaliação de Risco, crimes sexuais, transtornos mentais

ABUSO SEXUAL DE MENINOS E SUAS CONSEQUÊNCIAS PSICOSSEXUAIS NA ADOLESCÊNCIA. Mery Candido de Oliveira (Programa de Psiquiatria e Psicologia Forense (NUFOR) do Instituto de Psiquiatria da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo. São Paulo – SP

As várias formas de violência dirigidas a crianças e adolescentes se faz presente em várias realidades mundiais. Dentre elas o abuso sexual tem sido enfatizado como um evento de importante conteúdo traumático com elevadas probabilidades de se traduzir em fatores de riscos para o desenvolvimento, em função das variadas e graves sequelas emocionais, comportamentais, sociais e cognitivas associadas a sua ocorrência. Os estudos e pesquisas em Neurociências têm comprovado de maneira cada vez mais substancial os graves efeitos dos traumas ligados a violência no desenvolvimento da arquitetura neural durante a primeira infância. Quando a situação abusiva ocorre de forma prolongada e nos períodos das chamadas “janelas de vulnerabilidade”, durante os processos de poda neural, os riscos tornam-se mais graves. O abuso sexual masculino tem sido considerado um dos maiores fatores de risco na reprodução do ciclo da violência, pela frequência em que o papel de vítima é substituído pelo de agressor. O objetivo desse estudo foi investigar as características psicológicas e sexuais de adolescentes do sexo masculino que foram enquanto crianças, vítimas de abuso sexual. Trata-se de um estudo exploratório, retrospectivo e seccional realizado no Programa de Psiquiatria e Psicologia Forense (NUFOR) do Ipq-HC-FMUSP e na Fundação Casa, para menores em medida sócio-educativa. Foram formados três grupos de participantes sendo 20 de adolescentes de 16 a 18 anos, internos da Fundação, (GA), com histórico de abuso sexual na infância, 06 adolescentes (GC) com a mesma idade e o mesmo histórico, que procuraram tratamento psicológico no ambulatório NUFOR e 21 adolescentes, sem histórico de abuso, na mesma faixa etária e escolaridade, que

formaram o grupo controle (GB). Avaliou-se o desempenho cognitivo quanto as funções da memória, o nível de estresse, impulsividade, nível de neuroticismo e o desenvolvimento da vida sexual dos adolescentes. Foram usados como instrumentos, testes padronizados e um questionário elaborado pela pesquisadora. Os resultados da comparação entre as variáveis dos grupos A e B apontaram diferenças significativas no que se refere ao processo de recuperação total da memória, na recuperação consistente e inconsistente. Houve significância também quanto à estabilidade emocional, no fator Desajustamento Psicossocial, que contem itens relacionados a comportamentos sexuais de risco e atípicos. Os achados da análise qualitativa, com relação ao comportamento sexual atual, revelaram que 50% dos adolescentes com ou sem transgressões legais, assumiram a prática de sexo com crianças, com uma ou mais vítimas. Quanto às características do abuso sofrido, a violência intrafamiliar, unida ao maior tempo de duração, revelou-se como fator de gravidade no *modus operandi* do comportamento agressor. Como conclusão constatou-se que uma história de abuso sexual em meninos pode ser um dos fatores de risco para posteriores déficits de memória, e pode estar associado com a repetição e a gravidade do comportamento sexualmente agressivo na adolescência.

Palavras-chave: Abuso Sexual; delitos sexuais, adolescência.